



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009282-74.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Capital Formaturas Ltda Me**  
 Requerido: **Alessandra Priscila Lino e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

#### **Vistos.**

**Capital Formaturas Ltda-ME** ajuizou ação de cobrança em face de **Alessandra Priscila Lino, Caroline dos Reis Ferreira de Carvalho, Wesley Germano Ferreira e Mayara Daiana Girotti** alegando, em síntese, ter firmado com os réus, que integravam comissão de formatura de diversos cursos de engenharia da instituição de ensino superior Unicep, um contrato de cobertura para prestação de serviços de filmagem e fotografia atinente à formatura com data prevista para 01 de dezembro de 2016. Disse ter sido impedida de cumprir a obrigação porque a instituição de ensino mantinha contrato da mesma natureza com outra empresa, com cláusula de exclusividade. Afirmou que por isso caracterizou-se o descumprimento contratual por parte dos réus, acarretando a rescisão do contrato, incidindo a multa de R\$ 25.000,00. Ainda, alegou ser devido o valor de R\$ 13.000,00 referente a valores antecipados aos réus para realização de uma festa. Por isso, postulou a condenação dos réus ao pagamento da quantia de R\$ 38.000,00 com correção monetária, além do pagamento das custas de sucumbência e honorários advocatícios. Juntou documentos.

Os réus foram citados e contestaram o pedido. Alegaram não ter descumprido o contrato a ensejar sua rescisão, uma vez que não tinham ciência da existência de outro contrato entre a instituição de ensino e a terceira empresa. Logo, por ausência de culpa pela impossibilidade de prestação dos serviços por parte da autora não seria possível a condenação ao pagamento da multa contratual, tampouco do valor depositado de forma antecipada. Afirmaram que o representante da autora tinha plena



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ciência do número de formandos interessados quando compareceu à instituição para oferecer seus serviços. Postularam a improcedência do pedido.

A autora apresentou réplica.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido procede em parte.

A relação contratual mantida entre as partes é incontroversa. Esta tinha por objeto a prestação de serviços de filmagem e fotografia por parte da autora no tocante à formatura dos alunos representados pelos réus (engenharias unificadas), com previsão de data para 01 de dezembro de 2016. O instrumento contratual foi juntado aos autos (fls. 25/27) e prevê uma cláusula penal no valor de R\$ 25.000,00 em caso de resolução por qualquer das partes (cláusula décima segunda).

A autora afirmou que o contrato foi descumprido pelos réus por basicamente dois motivos: 1) contratação de uma outra empresa com a instituição de ensino superior para realização do evento, nos mesmos moldes em que contratado com ela, fato de conhecimento dos réus; 2) divergência entre o número de formandos que deveriam participar do evento e aquele efetivamente disponibilizado pro ato dos réus.

Por estes fatos, alegou ficar impossibilitada de prestar os serviços contratados e postulou a condenação dos réus: 1) ao pagamento da multa contratual, no valor de R\$ 25.000,00; 2) à devolução de R\$ 13.000,00 depositados na conta de um dos membros da comissão para realização de uma festa pelos formandos.

A relação estabelecida entre as partes se submete às regras do Código de Defesa do Consumidor. Logo, tem-se que era responsabilidade da autora se informar junto à instituição de ensino superior a respeito de eventual outra empresa contratada para realização dos serviços de fotografia e filmagem objeto da avença tratada nestes autos. Não se pode afirmar que os réus tinham plena ciência deste fato e contrataram a autora de má-


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fé. Trata-se de estudantes, neófitos no que tange à celebração de contratos desta natureza, pois não é natural que eles sejam afetos aos meandros das regras aplicáveis a este tipo negócio.

A autora, por outro lado, tem como atividade preponderante a prestação de serviços desta envergadura e não é crível que ela desconhecisse totalmente a forma como devem se desenrolar as tratativas negociais inerentes à celebração do ajuste. É quase impossível de se acreditar não tenha ela contatado a instituição de ensino sobre a possibilidade de oferta de seus serviços para o alunado e das circunstâncias que cercavam o negócio.

A existência de outra empresa contratada com exclusividade pela instituição de ensino, caso realmente não tenha sido previamente informada à autora, é conduta que não pode ser atribuída aos réus, consumidores do serviço prestado e sobre quem não recai a obrigação de conhecer as informações relevantes para o oferecimento das atividades desempenhadas pela autora.

Neste cenário, a cláusula penal prevista no contrato, levando em conta as particularidades do caso concreto, se afigura abusiva, nos termos do artigo 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor que considera nula a cláusula contratual que estabeleça *obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade*. O § 1º, incisos I a III, do mesmo dispositivo dispõe: *presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que: I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence; II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual; III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso*.

Diz-se isso porque, como se depreende da narrativa inicial; da notificação extrajudicial encaminhada pela autora aos réus (fls. 38/40); dos *e-mails* trocados entre a autora e um dos representantes da comissão da formatura (fls. 190 e 191 da réplica); quase dois anos antes da data prevista para a formatura a autora foi informada do interesse em rescindir o contrato firmado, observando-se que ao menos em abril de 2015 ela própria

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

declarou ter ciência acerca da impossibilidade de cobrir o evento objeto do contrato em razão da contratação de uma outra empresa e a instituição de ensino superior (conforme termos da notificação).

Ou seja, percebe-se que a impossibilidade de prestação do serviço, em virtude desta contratação com outra empresa, foi levada ao conhecimento da autora com muita antecedência, de modo que não se vislumbra o desembolso de custos que justificassem a incidência da cláusula penal prevista no contrato. Como afirmado, esta contratação entre a instituição de ensino superior e uma outra empresa não pode ser imposta aos réus, porque não se trata de circunstância a eles oponível, pois há possibilidade de que a própria instituição de ensino tenha firmado este segundo contrato, ou ao menos nele intervindo, o que ilide a culpa dos contratantes.

O fato de não terem aderido ao contrato no mínimo 150 (cento e cinquenta alunos) também não serve de base para se entender pela culpa dos réus pelo término do vínculo contratual e pela possibilidade de incidência da cláusula penal. Pelo que se pode entender pelos *e-mails* trocados a autora teve ciência desta "queda de aderência" e mesmo assim pretendeu manter o vínculo contratual (fl. 191). Além disso, consta que 130 alunos efetuaram a contratação (fls. 35/37), número bem próximo do total previsto no contrato celebrado.

Todavia, mais importante que isso é saber que a despeito do número de formandos, a autora teve ciência com considerável tempo de antecedência sobre a impossibilidade de prestação do serviço e não há informação de que tenha feito investimentos consideráveis e aptos a justificar a manutenção da cláusula penal. Como afirmado, levando em conta as circunstâncias em que ocorreu a contratação, esta se tornou abusiva, por impor aos consumidores uma vantagem exagerada em desproporção à prestação da fornecedora, até porque o serviço contratado não foi efetivamente usufruído pelos formandos.

Por outro lado, a restituição do valor de R\$ 13.000,00 fornecidos pela autora aos réus para a realização de uma festa é medida que se impõe, sob pena de inegável enriquecimento sem causa. Ora, é mais do que lógico que este valor foi entregue em virtude da celebração do contrato como forma de fomentar a integração entre os formandos


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

e proporcionar o registro de momentos relacionados à vida acadêmica destes. Em contratos desta natureza, a fornecedora de serviços patrocina a realização de eventos como o mencionado na inicial em benefício dos alunos. A realização da referida festa com os recursos repassados pela autora é incontroversa, assim como o recebimento deste valor, não negado na contestação e comprovado pelos documentos juntados pela autora (fls. 29/34).

A despeito da afirmação de que não houve culpa dos réus pela impossibilidade de prestação do serviço, tanto que foi afastada a cláusula penal, não pode os eximir de se enriquecer com o valor em dinheiro efetivamente repassado pela autora. Trata-se de medida apta a equilibrar as prestações de cada parte na obrigação, pois não seria lícito admitir a rescisão contratual, embora sem culpa dos réus, e aos mesmo tempo permitir que eles usufríssem de uma prestação cujo cumprimento foi demonstrado pela autora, daí a necessidade da restituição.

Por fim, diante da declaração de hipossuficiência juntada aos autos (fl. 181), a qual goza de presunção de veracidade (Código de Processo Civil, artigo 99, § 3º), é caso de concessão do benefício da gratuidade de justiça aos réus.

Ante o exposto, **julgo procedente em parte o pedido, para declarar rescindido o contrato e condenar os réus a restituírem à autora o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), com atualização monetária, pelos índices da tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar de cada desembolso (fls. 30/34), e juros de mora, de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da última citação (fl. 172), extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão suportadas na proporção de metade para cada polo, nos termos do artigo 86, *caput*, do Código de Processo Civil.

Considerando que os honorários advocatícios são direito do advogado, sendo vedada a compensação, nos termos do artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, condeno os réus ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da autora, no valor equivalente 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

condeno a autora a pagar ao advogado dos réus honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), observado o proveito econômico obtido por ambas as partes e os critérios do artigo 85, § 2º, respeitado o quanto disposto pelo artigo 98, § 3º, todos do mesmo diploma legal.

Anote-se a concessão da **gratuidade de justiça** aos réus.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 16 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**